

(RE)COLONIZANDO O SUDOESTE DA AMAZÔNIA - Corumbiara/RO (1975-2005).¹

Antônio Cláudio Rabello (UNIR – Universidade Federal de Rondônia)

Leonardo Felizardo Ferreira (UNIR – Universidade Federal de Rondônia)

Os Projetos Integrados de Colonização (PICs) tornaram-se políticas do Estado para a colonização da Amazônia no início da década de 70. Esses projetos faziam parte de um enorme esforço no sentido de acelerar o desenvolvimento econômico brasileiro. A grande marca do período militar para compreender sua ação na região foi a “Operação Amazônia”, que era constituída de uma série de investimentos e ações políticas destinadas a ocupar, desenvolver economicamente e atender, com isso, às prerrogativas do discurso da Segurança Nacional.

Entretanto, mesmo se observada a mudança radical no regime político após o golpe militar de 1964, a intervenção na Amazônia seguiu as diretrizes adotadas na década anterior. A ação do governo tinha por base as proposições contidas no Plano de Valorização da Amazônia, elaborado em 1953, podendo ser comprovadas durante o processo que extinguiu a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) e criou a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).² A nova agência incorporou e reproduziu as concepções anteriores para a colonização da região, conforme podemos observar no artigo 53 da lei de criação da SUDAM, onde se lê o seguinte:

“(…) b) definição dos espaços econômicos suscetíveis de desenvolvimento planejado, com a fixação de pólos de crescimento capazes de induzir o desenvolvimento de áreas vizinhas; (...) e) adoção de política imigratória para a Região, com aproveitamento de excedentes populacionais internos e contingentes selecionados externos”.³

Em termos de planejamento, as etapas e os papéis a serem cumpridos mantinham determinações importantes: o papel do Estado, enquanto agente financiador do desenvolvimento na região; idéia de vazio demográfico, implicando na impossibilidade do desenvolvimento pretendido; no perigo político para a política de Segurança Nacional, que poderia significar a ausência de uma ocupação mais densa na região, propondo como alternativa da migração de povoamento.

Como parte de um mesmo esforço, o Estado criou o Grupo de Trabalho para a Integração da Amazônia⁴. O resultado destes esforços culminou na criação Programa de Integração Nacional, que, a despeito das prioridades estabelecidas pela SUDAM, determinava que a primeira etapa do programa seria constituída pela construção imediata das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém.

No decorrer do PIN uma nova estratégia para a integração da Amazônia e do Centro-Oeste à economia nacional⁵. Para isso, outros projetos foram elaborados e executados, como o programa Radar para a Amazônia (RADAM), que tinha por objetivo mapear a Amazônia Legal, através de aerofotogrametria, com fins de possibilitar uma intervenção do Estado a partir de novos conhecimentos sobre a região. Esse levantamento buscava, todavia, mais do que uma compreensão do espaço amazônico para ocupá-lo com migrantes, tinha como expectativa proporcionar novas possibilidades de investimentos na região.⁶

Se a ação do Estado parecia coordenada para estudar os recursos potenciais da região, a preocupação com a ocupação não foi esquecida. Através do Decreto-Lei Nº 1.164, de 1 de abril de 1971 o governo declarou em seu artigo primeiro:

“Art. 1º São declaradas indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacionais, na região da Amazônia Legal, definida no artigo 2º da Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, as terras devolutas situadas na faixa de 100 (cem) quilômetros de largura, em cada lado do eixo das seguintes rodovias, já construídas, em construção ou projeto.”⁷

De acordo com o decreto, as terras devolutas para o *desenvolvimento e a segurança* do país se estenderiam por 17.855km de estradas, passando por todos os estados da Amazônia Legal, o que daria um inacreditável total de 3.571.000 Km² para serem utilizados em programas diversos, ou seja, 70% da Amazônia Legal ou 42% do território nacional.

Apesar da legislação, a área não foi utilizada em sua totalidade, mas os primeiros anos da década marcaram a ação do INCRA na região, a fim de promover a colonização.

O INCRA foi responsável pela execução projetos de colonização distintos, que tinham por objetivo fazer valer a ocupação das margens das rodovias amazônicas, através de dois tipos distintos de colonização: os PADs⁸ e os PICs⁹.

Além da política de colonização na Amazônia, os governos militares promoveram a política de criação de Pólos de Desenvolvimento, como parte integrante do PIN, fazendo surgir na região o POLOAMAZÔNIA¹⁰, o POLOCENTRO¹¹ e o POLONOROESTE¹².

O POLOAMAZÔNIA previa uma ampla pesquisa e utilização dos recursos minerais da região. O minério de ferro era extraído da região de Carajás, enquanto o alumínio e a bauxita eram a base de extração em Trombetas. Em Rondônia, avançava a produção de cassiterita.

O POLOCENTRO tinha como área de atuação a região dos cerrados. Tinha como objetivos a instalação de estradas e locais de armazenagem. Entretanto, uma das metas básicas do programa estava vinculada ao estudo da viabilidade do plantio da soja na região. Tal empreendimento fazia parte de uma cooperação estabelecida entre o governo brasileiro e o japonês, através do programa como o PRODECER (Programa Nipo-Brasileiro de Cooperação para o Desenvolvimento Agrícola da Região do Cerrado), cujo intuito era possibilitar a colonização da região de Cerrado e produzir arroz e soja em larga escala, destinados à exportação, sobretudo para o Japão.

O POLONOROESTE tinha como principal finalidade o atendimento à região do entorno da rodovia Cuiabá-Porto Velho (BR364). Tal programa visava criar condições para a efetiva colonização da região, através da pavimentação da rodovia, como também pelo apoio aos projetos de colonização iniciados na década de 70. Convém integrar esse projeto às duas outras preocupações dos dois programas anteriores. Em primeiro lugar, ao considerarmos o POLOCENTRO, a pavimentação da rodovia BR 364 (principal preocupação do POLONOROESTE), criaria a possibilidade de escoar a soja através do complexo viário BR364-Madeira-Amazonas-Amsterdã. Considerando os interesses mineralógicos contidos no POLOAMAZÔNIA, notaremos que, em Rondônia, a extração de estanho (cassiterita), ainda nos anos 70, também mudava de feição. O Estado proibiu a

ação de garimpeiros na região, determinando que somente empresas com lavra mecanizada poderiam estar à frente da mineração, como também, durante o mesmo período o estado de Rondônia tornou-se o maior produtor do Brasil.

A ação do Estado militar sobre a Amazônia produziu uma brutal transformação do cenário sócio-econômico-ambiental local, provocando inúmeros estudos.¹³ A área do presente estudo foi escolhida por ser singular: 1) Houve um PIC na região; 2) Região que possui área de cerrado; 3) Avanço do plantio de soja e; 4) Área que sofre agressões ambientais.

A região de Corumbiara

A região em foco deste estudo é a região da bacia do rio Corumbiara, envolvendo os municípios de Corumbiara, Cerejeiras e Pimenteiras, no sul do estado de Rondônia. A colonização da região se iniciou na década de 70, fazendo parte do processo intitulado pelos governos militares de “Operação Amazônia”, sendo lá implantado o Projeto Integrado de Colonização Paulo de Assis Ribeiro, em 1974. A área de estudo também foi palco de um dos mais graves conflitos de terra acontecido no estado de Rondônia, que ficou conhecido como o Massacre de Corumbiara, ocorrido em agosto de 1995. Atualmente observamos que o avanço da soja no sul do estado de Rondônia tem proporcionado significativas mudanças na paisagem local. A substituição da paisagem da floresta ou da região de cerrado por pastos ou pelo plantio de soja tem gerado protestos por parte de ambientalistas. Entretanto, uma outra alteração também pode ser observada: a mudança do uso da terra e a sua concentração e os conflitos no campo.

A implantação do PIC-PAR¹⁴

O PIC-PAR, localizado a 100 km a sudoeste da cidade de Vilhena, têm como limites o Mato Grosso e a República da Bolívia. Encontra-se fora do eixo da BR-364, em terras da União. A região tem, reconhecidamente, uma das terras mais férteis do Estado (Terra Roxa), além de ser rica em madeiras nobres, como Mogno e Cerejeira.

A área de 600.000ha era, antes da implantação do PIC, alvo de disputa entre nove grupos financeiros interessados em explorar o potencial madeireiro e da terra da região.

Com a exclusão de zonas alagadas, não consideradas favoráveis ao assentamento de parcelheiros e, também de áreas em regularização de antigos posseiros residentes, o PIC-PAR teve sua área de implantação reduzida para 293.580ha.

Até 1976 mais de 29 mil famílias migraram para a Rondônia, entre eles: cearenses, pernambucanos, potiguares, mineiros, paulistas, gaúchos e paranaenses que, atraídos pela propaganda estatal, que, segundo Bekcer,

“O Estado assume todas as fases de implantação e operacionalização do projeto, desde a seleção e assentamento dos colonos em lotes de 100 ha, até a produção e comercialização, fornecendo ainda assistência técnica e social”.¹⁵

Após um processo de triagem os colonos instalaram-se em lotes de 100 há, aos quais o INCRA vinculava a posse definitiva aos colonos que fizessem benfeitorias nos mesmos, sendo que o desmatamento era a “benfeitoria” mais utilizada pelos assentados, conforme diz Valverde (1979:160).

“A administração do Projeto permite aos parcelheiros vender a madeira derrubada, medida que facilita a limpeza e a desobstrução do terreno para o plantio, além de garantir-lhes uma renda complementar. Em julho de 1976 a área desmatada era de 1.218,5 ha”.¹⁶

Previsto para comportar um total de 3.656 famílias, em 1976 o Projeto contava com 2.757 famílias assentadas. Com efeito, a ocupação da área fez-se em ritmo acelerado; sendo a Vila de Colorado do Oeste o núcleo principal do PIC-PAR, também chamada de núcleo-patrimônio. A vila contava no mesmo ano, com 600 lotes ocupados, entre residenciais e industriais (serrarias, olarias, descascadoras,etc).

A região do PIC-PAR viu o posterior surgimento de cinco novos municípios em Rondônia: Cabixi, Cerejeiras, Pimenteiras do Oeste, Corumbiara e o núcleo principal, Colorado do Oeste, além de potencializar o desenvolvimento sócio-econômico do município de Vilhena, que apesar de não fazer parte da área do PIC tornou-se o maior e mais desenvolvido município do cone-sul de Rondônia. Estes núcleos urbanos contaram com uma presença mínima do Estado, através de órgãos administrativos e de assistência

técnica, econômica e social, como por exemplo: ASTER/RO (atual EMATER), Banco do Brasil, INCRA, entre outros.

O INCRA construiu uma estrada no km 688 da BR-364, a 13 km de Vilhena. Esta estrada que liga, Vilhena ao Vale do Guaporé (Pimenteiras) tem 105 km, sendo 21 km dentro do Projeto; sendo de fundamental importância para atender aos sérios problemas de comunicação e de escoamento da produção local. Outros 515 km de estradas vicinais constituem a malha viária que interliga a região do Projeto. Os colonos tinham dificuldades para escoar e comercializar sua produção; dando oportunidade aos atravessadores, que compravam a produção na porta do produtor, coisa que a COBAL e a CIBRAZEM não fizeram.

Nos primeiros anos de implantação do PIC, as lavouras temporárias predominaram. Hoje observa-se o avanço da soja, que necessita de grandes investimentos em equipamentos, sementes e a necessidade de ser cultivada em grandes áreas de terra, o que tem como efeito a exclusão do pequeno produtor (colonos e posseiros), levando este a vender seus lotes e migrarem para outras terras de valor menor ou alojarem-se nas periferias/favelas/cortiços dos núcleos urbanos.

O estágio atual da pesquisa

A pesquisa ainda não está concluída, entretanto, observamos a permanência de um núcleo original do PIC-PAR, cuja permanência resiste ao avanço da grande propriedade e da grande produção, que se desenvolveram ao redor dessa área.

Estamos procedendo o levantamento das agências/agentes presentes nesse processo, principalmente as associações de produtores e sindicatos rurais, para compreender como esses grupos se articulam com as agências do Estado (IBAMA, Emater, Secretaria da Agricultura/RO), no intuito de analisar as alterações no uso da terra na região de estudo à luz da teoria de Estado Ampliado, de Antonio Gramsci.

¹ O presente trabalho faz parte de um projeto em andamento, intitulado Gestão Territorial e Desenvolvimento Sustentável (GTDS), executado por grupos de pesquisa da Universidade Federal de Rondônia e financiado pelo

FINEP. Participam do presente estudo os seguintes laboratórios e centros de pesquisa da UNIR: Laboratório de Geografia e Planejamento Ambiental (Prof. Dr. Dorisvalder Dias Nunes), Grupo de Simulação e Modelagem (Prof. Dr. Sérgio Rivero), Laboratório de Biogeoquímica Ambiental (Prof. Dr. Ene Glória da Silveira) e Laboratório de Biologia Evolutiva (Prof. Dr. Mário Alberto Cozzuol).

² Lei 5.173, de 27 de outubro de 1966.

³ Idem.

⁴ Senado Federal. Subsecretaria de Informações. Decreto Nº 61.330, de 11 de setembro de 1967.

⁵ Costa, Wanderley Messias da. Op. Cit. p. 68.

⁶ Os resultados do RADAM foram publicados apenas em 1978. Assinava a publicação o Ministério das Minas e Energia (MME), através do Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM). É conveniente lembrar que o MME já era responsável pelos estudos energéticos na região desde 1968, com o objetivo de verificar o potencial hidrelétrico da região.

⁷ Senado Federal. Subsecretaria de Informações. Decreto-Lei Nº 1.164, de 1 de abril de 1971

⁸ Os chamados Projetos de Assentamento Dirigido (PAD) se destinam a agricultores com maior nível de capacitação profissional, experiência quanto à obtenção de crédito bancário e um mínimo de recursos financeiros. Nas áreas desses projetos o INCRA é responsável pela seleção e assentamento dos beneficiários, pela implantação da infra-estrutura física, loteamento e titulação. As atividades referentes à assistência técnica, comercialização, saúde e educação não estão afetas ao INCRA, mas a outros órgãos diretamente responsáveis, seja ao plano federal, regional, estadual ou municipal.

⁹ Os Projetos Integrados de Colonização (PIC) se destinavam à faixa de população de baixa renda, especificamente a agricultores sem terra (§ 2º, art. 25, do Estatuto da Terra), e de preferência àqueles que possuem maior força de trabalho familiar. Nas áreas desses projetos, o INCRA identifica e seleciona os beneficiários, localiza-os nas parcelas por ele determinadas, fornece a infra-estrutura básica, e, através dos órgãos responsáveis, a nível nacional, regional, estadual e/ou municipal, implementa as atividades relativas à assistência técnica creditícia, à comercialização, saúde, educação, ao mesmo tempo em que deve montar o sistema cooperativo, para facilitar a organização sócio-econômica dos parceiros. Cabe também ao INCRA outorgar aos beneficiários o título definitivo de propriedade da parcela.

¹⁰ Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia

¹¹ Programa de Desenvolvimento dos Cerrados

¹² Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil.

¹³ Destacam-se os estudos do grupo de Bertha Becker (na UFRJ), do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) e do Museu Goeldi.

¹⁴ Projeto Integrado de Colonização Paulo de Assis Ribeiro. criado pela portaria do INCRA nº 1.480, de 10 de outubro de 1973, sendo implantado em 1974.

¹⁵ Becker, Bertha, Miranda, Mariana e Machado, Lia Osório. *Fronteira amazônica: questões sobre a gestão do território*. Brasília. Editora da UnB. Rio de Janeiro. Editora da UFRJ. 1990. p. 150.

¹⁶ VALVERDE, Orlando (Coord.). *A organização do espaço na faixa da Transamazônica. Volume 1: Sudoeste Amazônico, Rondônia e regiões vizinhas*. Rio de Janeiro. Ministério da Agricultura e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 1979. p. 160.